

## **A Inclusão Digital como Mecanismo de Inclusão Social: um olhar sobre os resultados de alguns Projetos Sociais.**

**Autoria:** Janduhy Camilo Passos, Marco Aurélio Afonso Abreu

### **Resumo**

Este trabalho visa conhecer os resultados de quatro projetos sociais elaborados sob a premissa de que é possível realizar a inclusão social através da inclusão digital. Considerando os diferentes posicionamentos teóricos quanto à efetividade dessa relação, o intuito é compreender quais os alcances dos projetos em questão, identificando os benefícios auferidos pelos indivíduos atendidos pelos mesmos. Metodologicamente, foi realizada uma pesquisa bibliográfica para selecionar os projetos sociais componentes da amostra. Em seguida, para a classificação dos projetos, utilizou-se a Matriz de Análise de Projetos de Inclusão Digital idealizada por Lemos e Costa (2005). Essa matriz tem como pressuposição o fato de que o processo de inclusão se realiza mediante os seguintes aspectos: econômicos, em que os indivíduos devem ter condições financeiras para acessar as tecnologias; cognitivos, pois as pessoas necessitam possuir uma visão crítica e capacidade independente de uso e apropriação dos novos meios digitais; e aspectos técnicos, dado que os indivíduos necessitam de conhecimentos operacionais sobre programas e para acessar a internet. Os resultados dessa pesquisa assinalam que os projetos examinados privilegiam a inclusão digital por meio da indução técnica, pois condicionam o aprendizado dos indivíduos a destreza e autonomia no manuseio do computador e da internet, pressupondo que o acesso e o uso adequado da tecnologia os tornarão aptos a integrarem a sociedade da informação. Nesse sentido, destaca-se que, apesar do enfoque tecnicista não ter produzido efeitos econômicos observáveis, como por exemplo, a entrada dos indivíduos no mercado formal de trabalho, verifica-se que os projetos favoreceram aspectos como: o aumento da auto-estima das pessoas assistidas; o sentimento individual de inclusão no contexto da atualidade; a cidadania e a motivação pessoal. Portanto, verificou-se que apesar das divergências teóricas quanto à relação entre inclusão digital e inclusão social, os projetos analisados favorecem meios diversificados de inclusão, considerando a ótica sob a qual seus resultados sejam analisados. As conclusões mostram que os indivíduos atendidos nesses projetos passam a comungar dos mesmos referenciais e códigos ao compreenderem o mundo virtual e as questões básicas desse universo informatizado. Além disso, tornam-se aptos a atuarem no mercado, tendo em vista o desenvolvimento das suas habilidades e competências em informática.

## 1. Introdução

Em virtude da profusão de processos tecnológicos existentes na atualidade, é premente a necessidade de conhecimentos específicos que possibilitem e tornem mais fácil a interação dos indivíduos como as Tecnologias da Informação e Comunicação (TICs). No cotidiano, é possível observar que uma simples operação efetuada em um terminal de atendimento requer demandas cognitivas e conhecimentos mais elaborados. Isso porque os indivíduos devem compreender e selecionar os procedimentos necessários para operar o referido terminal tendo em vista sanar as suas necessidades pessoais (ALONSO; FERNEDA & SANTANA, 2010).

Sob esse enfoque, observa-se que a sociedade contemporânea é marcada pela questão do conhecimento. Esse fato ocasiona várias implicações para o mercado de trabalho, tal como a necessidade dos trabalhadores possuírem habilidades diversas, considerando que conhecimentos são criados e disseminados a cada instante. Trata-se de uma sociedade pautada pelas demandas tecnológicas em que a transmissão da informação propicia novos meios produtivos em função de um mercado orientado pelas demandas do mundo globalizado. Portanto, o desenvolvimento intelectual dos indivíduos é uma requisição inerente aos padrões dessa nova sociedade, dado que os profissionais precisam ser mais criativos, dinâmicos e aptos a enfrentarem constantes mudanças tecnológicas, além de possuírem conhecimento sobre as tecnologias modernas (JUSTINI, 2008).

De acordo com Lemos e Costa (2005, p. 2) a configuração dessa nova sociedade remete as necessidades política, social e cultural de “inclusão de grande parte da população mundial à era da informação”, originando o que é denominado de “inclusão digital” cujo intuito está em combater uma nova forma de domínio e controle social causado pela “exclusão digital” (*digital divide*).

A inclusão digital é uma necessidade que emerge a partir de 1990, como decorrência direta dos impactos da internet no mundo. Nesse sentido, o estar inserido digitalmente torna-se um direito dos cidadãos, sendo um requisito para a sua existência em um mundo no qual as informações e comunicações são globalizadas. “Incluir os cidadãos à era da informação passa a ser uma obrigação para os poderes públicos já que comumente associa-se inclusão digital como uma forma de inclusão social (LEMOS e COSTA, 2005, p.2).

Apesar dessa constatação, verifica-se que uma parcela significativa da população mundial ainda se encontra em um estágio denominado de exclusão digital. Sabe-se que em função de fatores socioeconômicos, o acesso as TICs ainda apresenta dificuldades para os grupos sociais menos favorecidos, pois nem todas as camadas da população possuem recursos para adquirir e manter microcomputadores conectados a internet.

Todavia, a exclusão digital não está relacionada apenas as dificuldades econômicas de acesso aos computadores e a rede de informações mundial, mas também a existência de recursos adicionais que possibilitem aos indivíduos utilizarem a tecnologia em benefício próprio; principalmente na atualidade, pois muitos serviços e informações são disponibilizados por meios eletrônicos, fazendo com que o excluído digital se sujeite a várias dificuldades na sua vivência como cidadão e para o exercício dos seus direitos e deveres (JUSTINI, 2008).

Referindo-se ao Brasil, Balboni (2005) assevera que a exclusão social se origina nas diferenças sociais, econômicas e políticas do país; portanto, assinala que o “estar excluído digitalmente” denota uma das várias manifestações da exclusão social, tendo em vista que o acesso às TICs repercute (reduzindo ou ampliando) na problemática social. Dentro desse contexto se inserem as políticas públicas de disseminação de tecnologias, como o programa brasileiro “Sociedade da Informação” que, segundo Takahashi (2000), tem como objetivo a integração, coordenação e fomentação de ações que visam à utilização de tecnologias da

informação e comunicação para incluir os cidadãos brasileiros socialmente e, por extensão, favorecendo a economia do país.

Nessa mesma perspectiva, surgem os projetos sociais que buscam promover o acesso das camadas sociais menos favorecidas as TICs. De modo geral, esses projetos possuem enfoques técnicos, sendo efetivados através de cursos de informática que abordam conteúdos básicos de digitação e navegação na internet. No entanto, tais cursos possuem relevância, pois contribuem para que as pessoas desenvolvam as suas competências informacionais. Geralmente esses projetos estão fundamentados na idéia de que tendo o cidadão comum o domínio sobre as TIC, as oportunidades de mercado de trabalho serão viabilizadas. Além disso, pressupõem que existirão outros benefícios para o individuo, já que sua criatividade e habilidades são estimuladas, fazendo com o mesmo tenha um entendimento diferenciado sobre as questões sociais e o exercício da sua cidadania.

Segundo destacam Alonso, Ferneda e Santana (2010), sob essa vertente a inclusão digital é vista como um meio que torna possível a inclusão social dos indivíduos, considerando que estes venham a obter melhorias econômicas, e também participem ativamente da comunidade, governo e sociedade civil. Entretanto, a literatura aponta a existência de trabalhos que discordam da associação entre inclusão digital e inclusão social, uma vez que as variáveis econômicas e sociais, a função do Estado, dentre outros fatores, são tão significativos quanto o próprio acesso às TIC. “O acesso à informação é uma importante oportunidade de aprendizado, poder e interação, mas pode ser também fonte de desintegração, exclusão social e pobreza, quando esse acesso não se dá de forma uniforme” (ALONSO, FERNEDA & SANTANA, 2010, p. 157).

A partir das considerações realizadas, o presente trabalho tem como propósito conhecer os resultados de quatro projetos sociais concebidos sob a premissa de que é possível realizar a inclusão social através da inclusão digital. Tendo em vista os diferentes posicionamentos teóricos quanto à efetividade dessa relação, o objetivo é compreender quais os alcances dos projetos em questão, identificando os benefícios alcançados pelos indivíduos atendidos pelos mesmos.

Em seu desenvolvimento esse artigo aborda o vínculo entre inclusão digital e inclusão social, tecendo apreciações sobre esse enfoque, e conjecturando o que se entende por excluídos na sociedade informacional. Em seguida, discorre sobre os aspectos metodológicos que nortearam a pesquisa, descrevendo as suas etapas. Logo após, visando conhecer de quais modos ocorrem (ou não) os vínculos entre inclusão digital e inclusão social, o trabalho aborda o contexto dos projetos escolhidos para análise, identificando aspectos similares e diferenças entre os benefícios apontados como resultados da sua implementação. Por último, são apresentados os resultados obtidos e as considerações finais do artigo.

## **2. A inclusão e exclusão digital: considerações gerais**

Em função dos aspectos contemplados nesse artigo, é importante entender os significados e as interrelações dos termos centrais que delinearão esse trabalho. Trata-se de explicar a correspondência entre a inclusão e exclusão digital, elucidando como ambas se vinculam a inclusão social. É necessário compreender também que a inclusão digital é um conceito que ainda está se solidificando, dando margem para que seja interpretado de vários modos. Isso se deve a sua recentidade, pois as incursões para entendê-lo iniciaram-se com a difusão das TICs, em especial, com a internet na década de 1980 (IIKUZA, 2003)

Por sua vez, a inclusão social é um termo que remete a questões sociais diversas, porém, de modo geral, é utilizado fazendo menção à inserção de pessoas consideradas excluídas do ambiente educacional ou do mercado de trabalho, considerando que as suas oportunidades sofrem limitações devido a fatores como gênero, condições socioeconômicas, deficiência

física, raça, falta de acesso a tecnologias, etc. Comumente, a inserção dos “excluídos” se dá através projetos de inclusão social, o que reforça a aplicação desse termo no cotidiano (PACIEVITCH, 2008).

Para Moreira (2006) os excluídos são aqueles indivíduos cujos recursos econômicos estão abaixo da média populacional; e que ainda tem restrições aos bens materiais, educacionais, culturais etc. Portanto, incluir socialmente diz respeito a dar condições a essas pessoas de serem incorporadas ao contingente da sociedade que pode usufruir dos bens citados. “Em um sentido mais amplo, a inclusão social envolve a qualidade de vida e como cidadãos plenos, dotados de conhecimentos, meios e mecanismos de participação política que os capacitem a agir de forma fundamentada e consciente” (MOREIRA, 2006, p. 1).

Em se tratando da exclusão pela falta de acesso as TICs, existem as políticas públicas que objetivam efetivar a inclusão digital, as quais são implementadas, na maioria das vezes, através de projetos sociais orientados para propagar as tecnologias na sociedade. Nesse sentido, Silveira (2003, p. 33) salienta que incluir digitalmente significa universalizar o “acesso ao computador conectado à Internet, bem como, ao domínio da linguagem básica para manuseá-lo com autonomia”.

Andrade e Silva (2009) corroboram com esse pensamento ao considerarem que a inclusão digital remete a democratização do acesso às TICs, possibilitando que os indivíduos se insiram na sociedade da informação, tendo seu tempo pessoal maximizado e as suas competências individuais e coletivas ampliadas. Nessa conjuntura, a inclusão digital é vista como uma responsabilidade social, pois enseja que o acesso aos conhecimentos e instrumentos da sociedade seja democratizado. Essa questão também é apontada por Bieler (2001) ao afirmar que a inclusão digital se relaciona aos esforços para prover os atuais cidadãos dos conhecimentos necessários que os permitam utilizarem, com um mínimo de habilidade os recursos de TICs; além disso, eles devem possuir acesso físico regular a esses recursos.

Nos conceitos citados, percebe-se que o acesso à tecnologia é foco principal. Segundo Albertin (2007, p.12) essa “é a dimensão mais considerada nas estratégias de inclusão digital e sem dúvida o seu pilar central. Por isso, o acesso é parte determinante de políticas de inclusão digital governamentais, em todos os níveis”. Entretanto, é preciso ponderar que não basta que os indivíduos tenham conhecimentos de informática; também é preciso que possuam os meios para fazer uso regular das TICs, que pode se concretizar através de duas vertentes: uso doméstico, do próprio computador interligado a rede mundial, o que enfatiza a questão do acesso como possibilidade econômica de aquisição; ou utilizando lugares públicos (disponibilizado por órgãos governamentais) ou privados (mediante pagamento) que possibilitem o emprego das TICs. Aqui, o acesso se relaciona a disponibilidade física quanto aos computadores e da conexão destes com a rede mundial de informações. Em todos os casos, à exceção do uso em lugares públicos, existe uma questão econômica subjacente no uso das TICs, uma vez que o indivíduo deve possuir meios financeiros para adquirir ou pagar pela utilização do computador e o acesso a internet.

DiMaio, Baum e Keller (2002) *apud* Albertin (2007) colocam a exclusão digital como a lacuna de oportunidades vivenciada pelos indivíduos com acesso limitado as TICs. Segundo os autores, nessa ótica estão incluídas algumas questões. A primeira é a econômica, atrelada a possibilidade de que o individuo possa adquirir um computador. Por sua vez, as questões educacionais abrangem o não saber utilizar/manusear as TICs. Outro ponto é a questão física, pois o individuo pode ter uma deficiência limitante que restrinja o uso do computador. Por último, as questões culturais, caso o individuo pertença a comunidades que restrinjam o uso da internet.

Esses diversos entendimentos apontam que não possuir acesso as TIC é um fator de exclusão digital. Na visão de Eisenberg e Cepik (2002, p. 238), isso seria um modo simples de

encarar essa problemática, uma vez que a solução estaria na “universalização do acesso aos computadores e às conexões com a Internet, em qualquer esfera de atividade, seja na saúde, na educação ou na política”. Reforçando esse aspecto, Silveira (2001) aponta que o computador, a linha telefônica e o provedor de acesso se fazem necessários para inclusão digital, posto que a ausência de qualquer um deles caracterize um estado de exclusão digital e compromete a cidadania.

Entretanto, de acordo com Lopes (2007) as definições de exclusão digital que classifica a população em dois grupos (“os que têm” e “os que não têm”), além de dicotômicas não condizem totalmente com a realidade, haja vista os múltiplos níveis de acesso que conduzem a vários níveis de exclusão. Ou seja, a tecnologia da informação não é limitada a um tipo ou modelo; além do mais, existem diferentes níveis de qualidade de acesso aos vários tipos de tecnologias. Ainda, em virtude da diferença muito entre o simples “acesso” e o efetivo “uso”, pois enquanto o primeiro é um termo que apenas sugere uma funcionalidade técnica ou relativa à infraestrutura, a questão do “uso” é mais ampla, dado que está relacionada à capacidade de aplicação das TICs visando o alcance de objetivos individuais ou coletivos (GURSTEIN, 2003)

Depreende-se, portanto, que outros posicionamentos teóricos ampliam a discussão da exclusão digital, não centralizando-a apenas no acesso econômico ou físico dos indivíduos aos computadores e a internet. Um exemplo disso está na definição de Warschauer (2002) em que a exclusão digital está relacionada aos chamados recursos adicionais ao acesso, mas que influenciam o adequado uso da tecnologia, como por exemplo: o esforço da comunidade para decifrar quais as verdadeiras necessidades dos usuários; a relevância dos conteúdos utilizados e se estes estão em idioma comum ao grupo; o nível de escolaridade dos usuários, capacidade de leitura, dentre outros (WARSCHAUER, 2002; STAROBINAS, 2006).

De acordo com Silveira (2003, p. 29), na luta para incluir os excluídos, cuidados devem ser tomados para se evitar transformar esse intento apenas em uma forma de apropriação, pelos grupos socialmente excluídos, da tecnologia da informação; dado que isso pode se configurar como uma das alternativas de se ampliar o “localismo globalizado de origem norte-americana”, sendo uma das formas de utilizar o esforço empenho público de sociedades pobres visando o consumo dos produtos dos países centrais. Assim, segundo o autor, os “projetos de inclusão digital devem levar em conta a autonomia dos grupos incluídos, numa forma de ampliar a sua cidadania”. Esses projetos podem ter diferentes focos de inclusão: a cidadania, a profissionalização, e a educação que não são conflitantes entre si e, portanto, podem estar interligados.

Ao desenvolver um projeto de pesquisa propondo um modelo de adoção de tecnologia para a inclusão digital, Albertin (2007, p. 10) diz que incluir digitalmente se refere ao “uso efetivo de determinado ambiente digital, abrindo, assim, a possibilidade da inserção do indivíduo que o utiliza em seu conteúdo e a possibilidade do real usufruto dos benefícios a serem viabilizados através desse ambiente”. Conforme o autor, o ambiente digital se constitui em “qualquer ambiente em que seja possível a utilização de um dispositivo para transformar dados e informações através de uma tecnologia digital, para processamento, transmissão ou qualquer outro uso”.

Merece ênfase o fato de que, em sua visão de inclusão digital, Albertin (2007) insere não apenas a temática do acesso, mas igualmente a questão da capacitação. Não obstante, há uma inovação do autor ao introduzir a atitude do indivíduo em relação à tecnologia, abrangendo aspectos cognitivos, afetivos, comportamentais e de interação com o outro. Por essa concepção é possível entender que a exclusão digital também ocorre quando os indivíduos, embora disponham de acesso e grau de instrução, não manifestam uma atitude favorável para utilização das TICs, rejeitando-a por motivos diversos.



A par dessas conceituações, e diante do objetivo desse trabalho, é necessário que se busque o vínculo entre a inclusão digital e inclusão social. Nesse aspecto, cabe destacar o argumento de Iikuzo (2003) ao afirmar que até o presente a relação entre inclusão digital e inclusão social não foram devidamente esclarecidas, como também não há conclusões provenientes de pesquisas sobre essa temática.

Apesar dessas constatações, algumas considerações se fazem pertinentes. Por exemplo, verifica-se que na perspectiva do acesso, a inclusão social advém de prover a comunidade dos meios necessários para que a população possa ter contato com as várias TICs, compreendendo as aplicações das mesmas. Portanto, o resultado esperado seria o desenvolvimento de habilidades e competências que facilitam a inserção dos indivíduos no mercado de trabalho, gerando, assim, melhorias socioeconômicas e aumento na qualidade de vida. Todavia, um estudo realizado na Escócia afirma que a inclusão digital por meio do acesso as TICs não conduz a inclusão social. Isso porque, a um grupo de pessoas excluídas socialmente, foi dada condições de acesso através da doação de um celular aberto, uma conta de email aberta, acesso ilimitado a web e aos computadores das bibliotecas públicas. Um tempo após, o reexame do grupo mostrou que a inclusão digital em nada contribuiu ou ocasionou qualquer modificação qualitativa na vida das pessoas daquele grupo (BURÉ, 2009; ALONSO, FERNEDA & SANTANA, 2010).

Os resultados desse estudo coadunam com o posicionamento de Demo (2005) que não acredita na relação entre inclusão digital e inclusão social, uma vez que considera outros fatores tão importantes quanto o acesso as TICs. Segundo o autor, são questionáveis as práticas de inclusão social cujas tendências podem causar o reverso de sua intenção inicial. Tal pensamento deriva do fato de que, no contexto da atual sociedade, é inevitável a infiltração e disseminação das TICs. Assim, os pobres vivenciarão esse contexto, mas como excluídos; ou seja, serão incluídos de qualquer forma, porém, ficarão à margem do processo.

Para Demo (2005) possuir acesso a informação se constitui em uma chance de aprendizado, poder e interação. Contudo, esse acesso não ocorrendo de modo uniforme, é possível que favoreça a desintegração, exclusão social e pobreza. Entretanto, de acordo com autor, na atualidade as oportunidades das pessoas estarão cada vez mais dependentes das formas pelas quais trabalham o conhecimento. Sendo assim, a educação assume relevância no direcionamento da população e de suas chances de melhorias socioeconômicas, em detrimento da questão assistencialista vista em muitos projetos sociais.

Ao se focar a educação no âmbito da informática, Tarapanoff, Suaiden e Oliveira (2002) ratificam que o maior problema da inclusão digital não é a ausência de computadores, mas sim o analfabetismo em informação. O pressuposto da alfabetização em informação é o desenvolvimento do indivíduo no sentido de que ele seja capaz de encontrar, avaliar e tratar informações, realizando abstrações que possibilitem a aplicação desses conhecimentos na solução de problemas e na tomada de decisões.

Nessa conjuntura, cabe-nos realizar algumas ponderações: é possível deduzir que um indivíduo alfabetizado informacionalmente já detenha conhecimentos gerais (lingüísticos, matemáticos, espaciais, etc.), que o possibilitem ter uma visão de mundo e de contexto. Ou seja, ele possui algum nível de educação formal obtida nos meios educacionais. Ainda, se infere que esse indivíduo também possua conhecimentos específicos (básicos ou não) na área de informática, tendo em vista que já está habilitado no uso correto e aplicações das TICs. Tais conhecimentos, provavelmente, foram obtidos mediante o seu acesso a informatização, seja por possuir computadores conectados a internet, ou mesmo através de acessos em órgãos públicos ou privados. Conclui-se, também, que sua atitude frente às TICs foi (ou seja) de aceitação e compartilhamento, haja vista o seu aprendizado, manuseio correto da informática e adoção da tecnologia sem restrições no seu cotidiano, mostrando-se favorável ao uso da mesma.

Em resumo, pressupõe-se que um indivíduo com essas características não teve restrições no acesso as TICs, em virtude de questões econômicas ou sociais. Também, sua postura pessoal foi a de facilitador, adotando a tecnologia com tranquilidade. Assim, hoje ele estaria com as suas competências desenvolvidas, em conformidade com o que requer a sociedade contemporânea.

O que se questiona, na verdade, é: todas essas características garantem a ocorrência da sua inclusão social ou apenas contribuem para esse fato? Ou melhor, a que inclusão social nos referimos? Essa reflexão encontra respaldo nos questionamento de Lemos e Costa (2005, p. 7):

“se incluir é dar acesso a computadores proprietários com *softwares* primitivos, se incluir é treinar para exercer a sua mecanização eficaz no trabalho, como e por que a sociedade civil deve ser incluída? Incluir para quê e para quem? Em uma sociedade como a nossa, onde a inclusão é ainda uma meta e uma utopia em todos os campos sociais (saúde, moradia, saneamento, iluminação, etc.), será que podemos medir a inclusão social pelo número de computadores per capita, pelo número de internautas e outras estatísticas do gênero? Mais uma vez incluir aqui significa adaptar, moldar e formar indivíduos capazes de manipular programas e sistemas operacionais que poderão estar superados daqui a alguns meses. Incluir é adaptar?”

### 3. Aspectos metodológicos

Trata-se de um estudo qualitativo e descritivo, desenvolvido por meio de pesquisa bibliográfica, abordando o caso de diferentes projetos sociais que visam promover a inclusão digital com vistas à inclusão social dos grupos específicos submetidos a esses projetos.

Sob esse enfoque, considerando os posicionamentos teóricos divergentes relacionados a haver ou não, uma linearidade entre inclusão digital e inclusão social, esse trabalho foi estruturado em torno do seguinte questionamento: **quais os benefícios que quatro projetos sociais, destinados a fomentar a inclusão digital, proporcionam aos públicos que assiste?** O que se procura entender é se a inclusão digital favorece a inclusão do indivíduo e de quais modos isso ocorre. Para tanto, 03 diferentes etapas foram realizadas:

1º etapa - Seleção dos casos enfocados - A escolha dos casos analisados atendeu ao seguinte critério: os projetos deveriam ser diferentes entre si, considerando os indivíduos atendidos (perfil, nível de escolaridade, etc.) e os motivos que levaram os mesmo a participar dos referidos projetos. Com essa delimitação buscou-se identificar uma maior variabilidade nos benefícios observados, considerando que a inclusão na sociedade atende a vários contextos e necessidades, não se restringindo a perspectiva de acesso físico ou econômico a tecnologia. Desse modo, foram selecionados os seguintes projetos:

- (i) Projeto de inclusão digital para a comunidade Ouro Branco implementado pela Universidade Federal de São João Del-Rei - MG (UFSJ) em uma **comunidade rural**;
- (ii) Oficinas pedagógicas de alfabetização digital para **idosos**, realizadas sob a coordenação do Programa de Pós-Graduação em Gerontologia Biomédica da PUC do Rio Grande do Sul;
- (iii) Oficinas de Educação Digital para as **famílias** do Núcleo de Gestão e Projetos Sociais (NGPS) da Universidade Católica de Brasília;
- (iv) Oficinas de inclusão digital do Projeto “Estação Vida” sediado em Uberlândia/MG, para **crianças e adolescentes**.

Salienta-se que os projetos citados foram obtidos em artigos disponibilizados na internet. Esses artigos abordam a estruturação de cada projeto, detalhando: as suas

concepções, objetivos, metodologias e resultados alcançados. Assim, as análises efetuadas foram restritas as observações pontuadas pelos autores de cada artigo.

2º etapa – Classificação dos projetos para análise dos dados - Como um parâmetro para a análise dos dados, primeiro utilizou-se a Matriz de Análise de Projetos de Inclusão Digital, proposta por Lemos e Costa (2005). A finalidade no uso da mesma consiste em caracterizar os projetos selecionados, averiguando a que pressupostos os seus objetivos atendem, uma vez que a literatura assinala que a maioria dos projetos de inclusão digital atém-se ao enfoque tecnicista em que incluir é possibilitar acessos as TICs por meio de cursos básicos de informática.

Conforme apontam Lemos e Costa (2005), a referida matriz está dividida em inclusão espontânea e inclusão induzida: a primeira, diz respeito as formas de acesso e uso das TICs em que os cidadãos estão imersos com a entrada da sociedade na era da informação, tendo ou não formação para esse uso. Já a forma induzida refere-se a projetos de inclusão às tecnologias eletrônicas e às redes de computadores, feito deliberadamente por empresas privadas, instituições governamentais e/ou não governamentais. Nesse tipo, existem três aspectos de observação: técnica, cognitivo e econômico.

A Matriz de Análise de Projetos de Inclusão Digital pressupõem que o processo de inclusão deve ser contemplado considerando: os aspectos econômicos, em que os indivíduos devem ter condições financeiras de acesso às novas tecnologias; os aspectos cognitivos, pois as pessoas necessitam possuir uma visão crítica e a capacidade independente de uso e apropriação dos novos meios digitais; e os aspectos técnicos, pois os indivíduos precisam ter conhecimentos operacionais de programas e de acesso à Internet. Sob esse enfoque, incluir é uma questão ampla, pois deve abranger ações em todos os aspectos mencionados.

3º etapa – Identificação das contribuições de cada projeto - Após a leitura de cada caso procedeu-se a identificação dos benefícios, observando se existiam semelhanças ou divergências entre os benefícios relatados em cada projeto, bem como as formas de inclusão social advindas de cada um deles.

#### **4. Os projetos analisados: características gerais e resultados percebidos**

a) Segundo Baracho, Porto, Nunes e Soares (2009), o projeto de inclusão digital para a comunidade Ouro Branco foi iniciado em 2008 e conta com parceria das prefeituras de Ouro Branco/MG, Conselheiro Lafaiete/MG e Congonhas/MG. Tem como objetivo geral a inclusão digital da comunidade da região do Alto Paraopeba, através do ensino de tecnologias de informação, a fim de promover a capacitação profissional e desenvolvimento pessoal dos participantes. Em seu desenvolvimento, considera as necessidades e expectativas da comunidade que são mapeadas através de questionários aplicados aos participantes. A equipe integrante do projeto desenvolve material didático próprio, aulas interativas com recursos multimídia e apostila. As atividades incluem participação em aulas expositivas, desenvolvimento e apresentação de trabalho prático.

Baracho et al (2009) aponta que o nível de escolaridade não representou um fator determinante na definição dos participantes, pois há uma heterogeneidade incluindo participantes de ensino fundamental e ensino superior, sendo um aspecto positivo para o desenvolvimento da turma. Cada participante define um tema para o projeto final, no qual ele aplica o conhecimento adquirido. No projeto final, avalia-se uso dos recursos computacionais e a capacidade de elaboração de um determinado assunto em forma de relatório científico. Esse projeto final é desenvolvido individualmente, fora dos horários estabelecidos e conta com apoio de monitores. O projeto é desenvolvido no laboratório de computação da UFSJ e sua equipe é composta por docentes, discentes (bolsista do programa de extensão da UFSJ),



técnicos da UFSJ, e alunos bolsistas do Programa Institucional de Iniciação Científica Junior (PIBIC JÚNIOR).

A maioria dos participantes tem com principal objetivo aumentar o aprendizado das tecnologias enquanto outros priorizam a aplicação no emprego ou trabalho. Os resultados comprovam a eficácia do projeto através dos seguintes dados: 100% dos participantes foram capazes de realizar tarefas básicas no computador com êxito, 90% foram capazes de realizar tarefas mais complexas e 73% desenvolveram tarefas mais elaboradas com planilhas. Por sua vez, foi constatado que os bolsistas, estudantes de engenharia da UFSJ envolvidos no projeto, obtêm crescimento acadêmico e de cidadania através da troca de experiências e valores que aumentam a comunicação, humanização e conhecimentos científicos (BARACHO et al, 2009).

b) De acordo com Nunes e Souza (2006), a oficina de alfabetização digital é ministrada para idosos acima de 60 anos, duas vezes por semana, com duração de uma hora; sob a coordenação do Núcleo de Estudos Interdisciplinares sobre Concepção de Envelhecimento do Programa de Pós-Graduação em Gerontologia Biomédica do Instituto de Geriatria e Gerontologia, da Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul. Durante o desenvolvimento das oficinas os idosos aprendem *Word*, *Powerpoint* e como navegar na internet. Os conhecimentos adquiridos são aplicados na elaboração de apresentações sobre envelhecimento em *PowerPoint* e na construção de *homepage* pelos próprios idosos.

As contribuições da inclusão digital identificadas dizem respeito a experiência vivida nas oficinas pedagógicas, como uma alternativa do idoso de reconstruir a sua identidade como cidadão, denotando a capacidade para aprendizagem contínua e para trabalhar com desafios diários relativos ao uso da tecnologia; além disso, fornecendo apoio para a reconstrução do conhecimento e a comunicação. Observou-se também que a inclusão digital favoreceu a capacitação dos idosos para utilização de recursos informatizados visando uma produção intelectual, representados pela elaboração de materiais instrucionais sobre envelhecimento. A integração com a família foi outro fator relevante observado sua integração com a família; na atualização da sua linguagem em consonância com o mundo atual; evidenciou a possibilidade de o idoso aprender tecnologias, o que era considerado apenas coisa para jovens.

c) Conforme assinalam Fonseca, Amorim e Silva (s/d), as Oficinas de Educação Digital direcionadas para as famílias carentes assistidas pelo Núcleo de Gestão e Projetos Sociais (NGPS) da Universidade Católica de Brasília foram criadas com o intuito de se constituir em uma atividade socioeducativa que busca a articulação das pessoas com o universo tecnológico. As oficinas eram conduzidas por estagiários da área de informática e, especificamente, objetivavam: fornecer conhecimentos básicos de informática para o uso cotidiano, a saber: digitar texto, copiar e colar, pesquisa na Internet, criar slides no *PowerPoint*.

Os depoimentos dos integrantes, narrados por Fonseca, Amorim e Silva (s/d), evidenciam que a procura pelas oficinas ocorriam devido às necessidades pessoais, o desejo de crescimento, vinculado a informática, uma vez que reconheciam este conhecimento como fundamental o desenvolvimento ou desempenho na sociedade nos dias atuais. Os resultados mostraram que a frequência à oficina de inclusão digital proporcionou um aprendizado importante na questão do conhecimento das ferramentas de informação, contribuindo também para a melhoria da auto-estima dos participantes, fazendo com que eles se sentissem valorizados perante a família e a sociedade. Entretanto, o artigo analisado não destaca se houve ou não inserções dos participantes no mercado de trabalho, considerando que este também era um dos objetivos buscados pelos mesmos.

d) De acordo com Justini (2008), o projeto Estação Vida foi estabelecido na cidade de Uberlândia-MG no final da década de 90. Trata-se de um projeto ligado a igreja católica com

o intuito de prestar assistência à comunidade. As oficinas de inclusão digital, iniciadas em 2008, são conduzidas por monitores de informática, alunos de uma faculdade local.

As aulas ocorrem tanto na sede do projeto como na faculdade parceira que cede o seu espaço físico e o transporte gratuito para os alunos integrantes do programa de inclusão digital. O limite de idade para ingressar e permanecer no projeto varia dos 6 aos 16 anos respectivamente. Para o ingresso, dois critérios são considerados: a criança deve estar regularmente matriculada na escola; e os seus pais devem ter ocupação profissional. Também é levado em consideração o fato dos pais não terem com quem deixar a criança cotidianamente.

Devido à questão da escolaridade e idades diferenciadas, existem aulas especiais para as crianças de 5 a 6 anos que ainda não são alfabetizadas. O objetivo é fazer com elas tenham o primeiro contato com computador e eliminem o receio que possuem quando do início das atividades. A duração das aulas é de uma hora e meia; nelas, as crianças desenham e também descobrem o alfabeto por meio de jogos interativos. Essas aulas são intercaladas com outras atividades manuais, fora do computador, pois, segundo as psicólogas voluntárias do projeto, seria cansativo para as crianças ficar muito tempo sentadas em frente ao computador, o que causaria ligeira dispersão.

Para as crianças alfabetizadas há aulas de informática duas vezes na semana, as quais enfocam editores de texto, planilhas eletrônicas, sistema operacional, edição e exibição de apresentações gráficas e navegação na internet. Observou-se que os alunos demonstram muita aplicação e vontade de aprender, são participativos e executam as tarefas repassadas pelos monitores.

Justini (2008) informa que os coordenadores do projeto relatam alguns benefícios conseguidos por meio da internet, como por exemplo, proporcionar aos jovens de classe sociais desfavorecidas o acesso internet, tendo um local próprio para usufruir desses benefícios, com orientação e transporte gratuito. Também foi apontada a diminuição da evasão escolar. Isso porque, além do critério de estarem estudando para participar do programa, os monitores afirmam que as atividades passadas pelos professores na escola, são complementadas com pesquisas realizadas pela internet através dos sites de busca. Tal fato contribui para a aprendizagem do aluno, o que se reflete num rendimento maior na escola e estímulo a vontade de aprender. Os alunos também melhoraram no quesito disciplina, o que foi percebido pela diminuição das reclamações sobre o comportamento dos mesmos por parte dos professores, sendo esse resultado acompanhado pelo boletim escolar.

A Figura 1 resume as características e os benefícios percebidos em cada projeto considerado:

Projeto	Objetivo	Público	Metodologias	Benefícios apontados
Projeto Comunidade Ouro Branco	Ensinar tecnologias de informação para capacitar e desenvolver a comunidade do Alto Paraopeba.	Comunidade rural.	Aulas interativas, com material didático próprio; apostila; trabalho final prático	- Todos os participantes se tornaram aptos a realizar tarefas básicas e com êxito no computador; - A maioria dos participantes ficou apta a realizar tarefas complexas e a desenvolver outras mais elaboradas, como planilhas. - Melhorias acadêmicas e de cidadania para os monitores.
Oficinas pedagógicas de alfabetização digital da PUC RS	Realizar a inclusão digital de idosos, através de conhecimentos em informática.	Idosos acima de 60 anos.	Aulas expositivas; construção de materiais instrucionais; criação de <i>homepage</i> .	- Reconstrução da identidade e melhoria da cidadania; - Aptidão de aprendizagem contínua junto as TICs; - Conhecimento renovado e comunicação atualizada. - Sentimento de inclusão e valorização social. - Integração familiar.
Oficina de inclusão digital da UCB	Atividade sócio-educativa, que visa articular os integrantes às TICs através de conhecimentos básicos de informática.	Famílias carentes.	Aulas expositivas com auxílio de material didático.	-Aprendizado relativo às ferramentas básicas de informática e de informação, - Melhoria da auto-estima; - Sentimento de valorização social.
Projeto “Estação Vida”	Promover a inclusão digital par crianças e adolescentes.	Crianças e adolescente.	Variável conforme a idade dos participantes: aulas expositivas, jogos interativos, etc.	- Possibilidade de acesso as TICs para os jovens carentes; - Diminuição da evasão escolar; - Melhorias nos aspectos disciplinares

Figura 1: Características gerais dos projetos analisados

Fonte: Pesquisa bibliográfica (2010)

## 5. Análises dos resultados

Contrapondo os projetos analisados às definições da Matriz de Análise de Projetos de Inclusão Digital de Lemos e Costa (2005), verifica-se que todos eles são processos em que a inclusão é induzida, portanto passível de ser analisada a partir das tipologias previstas na matriz, as quais, embora sejam diferentes, não são excludentes: técnica, cognitiva e econômica.

Nesse contexto, os resultados demonstram que em todos os projetos vistos há uma forte presença da inclusão digital por meio da indução técnica. Isso porque os objetivos estabelecidos pelos mesmos, e as formas de implementação, enfatizam a destreza na manipulação do computador, abrangendo o acesso à Internet e o uso de *softwares*. Nesse sentido, foi comprovado que todos os indivíduos submetidos aos projetos alcançaram essa meta, o que foi demonstrado por meio de atividades e exercícios individuais quando da finalização dos cursos. Esses resultados ressaltam as observações de Bieler (2001) e Albertin

(2007), ao afirmarem que na maioria dos casos a inclusão digital recebe um enfoque técnico como se a sua efetivação dependesse apenas de prover os cidadãos com os conhecimentos e habilidades para operar as TICs.

Considerou-se que a inclusão cognitiva também ocorre (em algum grau) nos quatro projetos, dado que essa categoria, primeiramente, supõe a autonomia e independência dos participantes ao usar as TICs. Nesse caso, ficou evidente nos resultados dos projetos que os seus integrantes conseguiram se tornar autônomos, manuseando com segurança o computador, localizando e acessando *sites* na internet, criando planilhas no *Excel*, elaborando apresentações no *PowerPoint*, etc. Todavia, a inclusão cognitiva vai mais além, pressupondo o desenvolvimento de uma visão crítica dos processos e utilização das tecnologias para compreender os desafios da sociedade da informação.

Assim, é discutível a questão da inclusão cognitiva ter ocorrido em sua totalidade nos casos analisados pelos seguintes motivos: os artigos utilizados como fonte para essa pesquisa, não faziam menção evidente sobre o alcance dessa dimensão; além disso, uma análise aprofundada dessa categoria em qualquer projeto de inclusão digital requer o acompanhamento direto e presencial do mesmo, observando a sua condução, materiais e recursos didáticos e suas formas de aplicação, avaliações, discurso dos discentes, dentre outros, diante da complexidade de se aferir quando um indivíduo adquiriu ou desenvolveu uma noção crítica sobre objetos e situações.

Devido a essa restrição na análise, é possível que nos seus desdobramentos, os projetos não atuem com eficácia na indução cognitiva, enfatizando os aspectos técnicos e não contribuindo para desenvolver a criticidade dos participantes, e dificultando a apropriação do meio, que poderia (e deve) ser utilizado como forma de construção e transformação social. Isso porque sem aspectos educativos que levem a uma conscientização crítica, o processo apenas serve como adestramento, conforme assinalam Lemos e Costa (2005).

Inclusão digital induzida	Projetos de inclusão digital				Total
	Projeto Comunidade Ouro Branco	Oficinas pedagógicas de alfabetização digital da PUC RS	Oficina de inclusão digital da UCB	Projeto “Estação Vida”	
Técnica	x	x	x	x	04
Cognitiva	x	x	x	x	04
Econômica	x		x		02

Figura 2: Classificação segundo a Matriz de Análise de Projetos de Inclusão Digital  
Fonte: Pesquisa direta (2010)

Em relação à inclusão digital por meio da indução econômica, apenas dois projetos foram categorizados nessa dimensão. Uma vez que a inclusão econômica se configura como a capacidade financeira para aquisição de computadores e custeio para acesso a rede, observou-se que apenas o projeto da comunidade Ouro Branco e a Oficina de Inclusão Digital da UCB tinham nos seus objetivos uma alusão econômica. Isso porque foram concebidos, dentre outros fatores, para propiciar o domínio das TICs com vista à inserção dos seus participantes no mercado de trabalho. Portanto, levam a crer que sendo absorvidos pelo mercado de trabalho esses indivíduos, possivelmente, terão a capacidade financeira para adquirir computadores e mantê-los conectados a Internet.

Destaca-se que, no caso do projeto destinado aos idosos (oficinas pedagógicas de alfabetização digital da PUC RS), e no direcionado as crianças e adolescentes (Projeto “Estação Vida”), mesmo que ambos promovam a capacitação em informática, predispondo a entrada dos seus integrantes no mercado de trabalho, os objetivos definidos não contemplam

essa característica. Na verdade, tais projetos intentam a inclusão digital, no sentido despertar as competências dos seus alunos para a utilização das TICs com autonomia e destreza, em consonância com as demandas da contemporaneidade.

Procedendo a identificação dos benefícios verifica-se que há congruências entre alguns deles, considerando os objetivos expressos em cada projeto. Isso porque, apesar de enfocarem necessidades distintas, uma vez que seus públicos-alvo também diferem, os projetos buscam a inclusão dos indivíduos na sociedade da informação. Contudo, nota-se que essa integração também decorre do perfil dos indivíduos e das suas necessidades em relação às TICs: um idoso possui necessidades de inclusão digital diversas das de uma criança; o mesmo ocorre quando comparamos a criança com o adolescente, e assim, sucessivamente. No entanto, ao se pensar em educar digitalmente um indivíduo, o primeiro passo é torná-lo apto no manuseio do computador e no acesso as informações disponíveis na rede. Nesse quesito os projetos analisados trouxeram benefícios similares aos seus integrantes, pois eles tiveram um expressivo aprendizado dos elementos básicos de informática, auferindo autonomia em relação a máquina, e aos seus *softwares*, e navegação na rede.

Mesmo com perfis diferenciados, outro benefício percebido em todos os grupos foi o sentimento de valorização e integração social advindo do domínio das TICs. O sentimento de pertencer à atualidade e comungar da mesma linguagem, levando-os a percepção de inclusão e favorecendo os aspectos psicológicos e emocionais como a auto-estima. No caso dos idosos, os resultados foram mais contundentes, dado que a integração com as TICs beneficiou até mesmo os relacionamentos familiares, uma vez que possibilitou, por exemplo, que os indivíduos discutissem assuntos inerentes a computação e a informática com seus netos, sobrinhos, etc., unindo gerações diferentes em torno de uma temática.

Com o domínio do computador e a percepção de inclusão social, aspectos como motivação pessoal e aumento da cidadania também foram encontrados nos resultados dos projetos, pois uma vez que os indivíduos conhecem novas realidades e obtêm mais informações, seu processo decisório sofre influências provenientes do “conhecer”, favorecendo a autonomia, a individualidade, o discernimento de direitos legais, as oportunidades de mercado, etc.

Na análise dos projetos não foram encontrados relatos de benefícios de cunho econômico, nos quais a inclusão social é vista sob a ótica de inserção no mercado de trabalho ou de outras possibilidades de ganhos monetários; ainda existindo dois projetos cujos objetivos assinalavam essa possibilidade.

## 6. Considerações Finais

O propósito desse trabalho consistiu em averiguar quatro projetos sociais de inclusão digital com o objetivo de identificar os benefícios que os mesmos proporcionam aos indivíduos que assiste. Diante das divergências teóricas entre a eficácia da inclusão digital como fator de inclusão social, se buscou entender os alcances dos projetos estudados e as suas repercussões na vida das pessoas que atendem, percebendo se houve ou não inclusão social.

Dado que nos projetos analisados a inclusão digital se faz por meio da indução, a categoria indutiva percebida como prioritária e de maior repercussão foi a técnica, a qual se refere ao aprendizado para manusear com destreza e autonomia o computador e a internet. Apesar dos públicos serem diferentes, e com necessidades específicas, essa categoria foi identificada em todos os projetos, ratificando o que afirma a literatura quanto à presença do cunho tecnicista nos projetos de inclusão digital.

Essa concepção é norteada pelo pressuposto de que o acesso e o uso adequado da tecnologia tornará o indivíduo apto a integrar a sociedade da informação, havendo, portanto, a inclusão social, uma vez que ele conseguirá uma alocação no mercado de trabalho,



melhorando a sua qualidade de vida através das melhorias nos seus aspectos econômicos. Apenas dois dos projetos enfocados possuíam objetivos que aludiam a essa questão. Porém, não foram encontrados relatos sobre a inserção dos cidadãos assistidos no mercado de trabalho formal, e nem mesmo informal.

Merece destaque o fato de que apesar do enfoque técnico não ter produzido efeitos econômicos observáveis, eles repercutiram na auto-estima das pessoas assistidas, uma vez que estas passaram a se sentir incluídas no contexto da atualidade ao desvendarem a linguagem da informática, favorecendo a cidadania e trazendo motivação pessoal. Nesse sentido, observa-se que os projetos possibilitam uma forma ou “espécie” de inclusão, pois os indivíduos passam a comungar do mesmo referencial e códigos. Além disso, tornam-se (mesmo que tecnicamente falando) aptos a atuarem no mercado, considerando que as suas habilidade e competências em informática foram desenvolvidas e podem ser aplicadas quando requeridas pela sociedade de hoje.

Segundo a matriz utilizada para a classificação dos projetos, foi percebido um grau de inclusão digital com enfoque cognitivo, considerando que essa dimensão também se relaciona a autonomia e independência dos participantes dos projetos no uso das TIC. No entanto, não se pode precisar o quanto o aspecto cognitivo favoreceu a criticidade dos integrantes assistidos em relação às TICs.

Face aos resultados obtidos, pode-se deduzir que os projetos de inclusão digital favorecem a inclusão social em alguma vertente. Porém, depende do tipo de inclusão social a que se faz referência: inclusão social por ter acesso as TICs e poder se inserir (ou ser capaz de) no mercado? Inclusão social advinda de uma postura crítica, reflexiva e autônoma quanto as TICs, utilizando-as como meio de transformação social? Inclusão devido a possíveis melhorias nas condições de vida?

Como sugestões para estudo futuros, ficam as buscas de respostas para as questões anteriormente apontadas.

### Referências bibliográficas

ALBERTIN, A. L. *Tecnologia de informação e o indivíduo: propondo um modelo de adoção de tecnologia para a inclusão digital*. Relatório 11/2005. Escola de Administração de Empresa de São Paulo/GV Pesquisa. 2005. Disponível em: <<http://virtualbib.fgv.br/dspace/handle/10438/3204>>. Acesso em: 05.10.2010.

ALONSO, L. B. N.; FERNEDA, E. ; SANTANA, G. P. Inclusão digital e inclusão social: contribuições teóricas e Metodológicas. *Revista Barbarói*. Santa Cruz do Sul, n. 32, jan./jul. 2010. Disponível em: <<http://online.unisc.br/seer/index.php/barbaroi/article/viewFile/1289/1092>>. Acesso em 05.10. 2010.

ANDRADE, J. P. G.; SILVA, E. V. Inclusão digital na Comunidade: uma proposta de extensão universitária em cursos ead - Relato de Experiência de Curso Ministrado por Alunos de Cursos de Licenciatura à Distância da UPE/UFRN *Revista Tecnologias na Educação*. UFMG, 2009. Disponível em: <<http://tecnologiasnaeducacao.pro.br/revista/a1n1/rel5.pdf>> Acesso em: 05.10.2010.

BALBONI, Mariana Reis. *Por detrás da inclusão digital: uma reflexão sobre o consumo e a produção de informação em centros públicos de acesso à Internet no Brasil*. São Paulo, 2007. Escola de Comunicação e Artes da Universidade de São Paulo (Tese).

Disponível em <[http://www.teses.usp.br/teses/disponiveis/27/27154/tde-10102007-120815/publico/tesedoutorado\\_MarianaBalboni.pdf](http://www.teses.usp.br/teses/disponiveis/27/27154/tde-10102007-120815/publico/tesedoutorado_MarianaBalboni.pdf)>. Acesso em: 07.10.2010..

BARACHO, R. M. A.; PORTO, M. F.; NUNES, C. R. S.; SOARES, M. M. Projeto de inclusão digital para a comunidade de Ouro Branco. *Revista de Extensão da Universidade de Taubaté* (UNITAU) v. 2, n. 1, 2009. Disponível em: <<http://periodicos.unitau.br/ojs-2.2/index.php/extensao/article/view/1048>>. Acesso em: 10.10.2010

BIELER, R. B. Brasil discute estratégias para a inclusão digital. 2001. *Disability World* Disponível em:

<[http://www.disabilityworld.org/05-06\\_01/spanish/acceso/inclusiondigital\\_port.shtml](http://www.disabilityworld.org/05-06_01/spanish/acceso/inclusiondigital_port.shtml)>. Acesso em: 08.10.2010.

BURÉ, C. E. Digital inclusion without social inclusion: the consumption of information and communication technologies (ICTs) in homeless subculture in central Scotland. *The Journal of Community Informatics*, v. 2, n. 2, p.116-133, 2009. Disponível em: <<http://ci-journal.net/index.php/ciej/article/viewPDFInterstitial/251/213>>. Acesso em 15.10.2010

DEMO, P. Inclusão digital – cada vez mais no centro da inclusão social. *Inclusão Social*. Brasília: IBICT, n. 1, p. 36-38, 2005.

EISENBERG, J; CEPIK, M. *Internet e Política: teoria e prática da democracia eletrônica*. Belo Horizonte: UFMG, 2002.

FONSECA, L. S. P.; AMORIM, V. C. S; SILVA, M. C. M. *As contribuições do projeto de inclusão digital no cotidiano das famílias inseridas no Núcleo de Gestão e Projetos sociais (NGPS)*. Disponível em: <<http://www.castelobranco.br/sistema/novoenfoque/files/07/13.pdf>>. Acesso em: 10.10.2010

GURSTEIN, M. “Effective use: A community informatics strategy beyond the Digital Divide”. In *First Monday*, vol. 8, 2003. Disponível em: <<http://www.educause.edu/Resources/EffectiveUseACommunityInformat/169198>>. Acesso em 08.10.2010.

IIKUZA, E. S. *Um estudo exploratório sobre a exclusão digital e as organizações sem fins lucrativos da cidade de São Paulo*. São Paulo: FGV-EAESP, 2003 (dissertação). Disponível em:<<http://virtualbib.fgv.br/dspace/bitstream/handle/10438/2397/44687.pdf.txt;jsessionid=71>1CD7C12FBB18061E85D8D92449807E.>>> Acesso em: 12.10.2010

JUSTINI, A. A. H. *As contribuições da inclusão digital para a inserção social: um estudo de caso no Projeto Estação Vida*. Catalão, GO: Centro de Ensino Superior de Catalão, 2008. (monografia)

LEMOS, A. *Cidade digital: portais, inclusão e redes no Brasil*. Salvador: EDUFBA, 2007.

LEMOS A.; COSTA, L. F. Um modelo de inclusão digital: o caso da cidade de Salvador. *Revista de Economía Política de las Tecnologías de la Información y Comunicación*. UFSE, v. 7, n. 3, 2005. Disponível em: < [http://www2.eptic.com.br/arquivos/Revistas/VII, n.3, 2005/AndreLemosLeonardoCosta.pdf](http://www2.eptic.com.br/arquivos/Revistas/VII_n.3_2005/AndreLemosLeonardoCosta.pdf)>. Acesso em: 07.10.2010.

LOPES, C. A. Exclusão Digital e a Política de Inclusão Digital no Brasil – o que temos feito? *Revista de Economía Política de las Tecnologías de la Información y Comunicación*, n. 2, 2007. Disponível em <<http://www2.eptic.com.br/arquivos/Revistas/v.%20IX,n.%202,2007/ACristianoLopes.pdf>> Acesso: 15.10. 2010

MARTINI, R. Inclusão digital & inclusão social. *Revista Inclusão Social*. Brasília: IBICT, 2005. Disponível em: <<http://revista.ibict.br/inclusao/index.php/inclusao/article/view/7/13>>. Acesso em: 04.10. 2010.

MOREIRA, I. DE C. A inclusão social e a popularização da ciência e tecnologia no Brasil. *Revista Inclusão Social*. Brasília: IBICT, v. 1, n. 2, 2006. Disponível em: <<http://revista.ibict.br/inclusao/index.php/inclusao/article/view/29/50>>. Acesso em: 10.10.2010

NUNES, V. P. C.; SOUZA, V. B. A. *A contribuição da inclusão digital na vida cotidiana do idoso*. Conferência IADIS Ibero-Americana, 2006. Disponível em: <[http://www.iadis.net/dl/final\\_uploads/200607L016.pdf](http://www.iadis.net/dl/final_uploads/200607L016.pdf)>. Acesso em 10.10.2010

PACIEVITCH, T. Inclusão Social. *Revista Infoescola*. 2008. Disponível em: <<http://www.infoescola.com/sociologia/inclusao-social/>>. Acesso em: 09.10.2010.

PELLANDA, N. M. C.; SCHLÜZEN, E. T. M. KLAUS JÚNIOR, S. (orgs.). *Inclusão digital: tecendo redes afetivo-cognitivas*. Rio de Janeiro: DP&A, 2005.

SILVEIRA, S. A. *Exclusão digital: a miséria na era da informação*. São Paulo: Fundação Perseu Abramo, 2001

STAROBINAS, L. *Repensando a Exclusão Digital*. Portal do conhecimento. USP, 2006. Disponível em: <<http://www.cidade.usp.br/arquivo/artigos/index0902.php>> Acesso em: 08.10.2010.

TAKAHASHI, T. *O livro verde*. A sociedade da informação no Brasil. Brasília: Ministério da Ciência e Tecnologia, 2000. Disponível em: <<http://www.mct.gov.br/index.php/content/view/18878.html>>. Acesso em: 05.10.2010.

TARAPANOFF, K. SUAIDEN. E. ; OLIVEIRA, C. L. Funções Sociais e oportunidades para profissionais da informação. Brasília, 2002. *Revista Ciências da Informação*. Disponível em: < [http://www.dgz.org.br/out02/Art\\_04.htm](http://www.dgz.org.br/out02/Art_04.htm) >. Acesso em 14.10.2010.

WARSCHAUER, M. Reconceptualizing the Digital Divide. In *First Monday*, v.7, n 7, July 2002. Disponível em: < <http://firstmonday.org/htbin/cgiwrap/bin/ojs/index.php/fm/rt/prinFRIENDLY/967/888>>. Acesso em 14.10.2010.